PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro-Ministro

Despacho n.º 13243/2012

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *a*) do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, exonero do cargo de secretária pessoal do meu Gabinete Maria Helena Moreira de Carvalho Perestrelo Belmar da Costa, para o qual foi nomeada através do meu despacho n.º 12371/2011, de 7 de setembro, publicado no *Diário da República,* 2.ª série n.º 181, de 20 de setembro de 2011.

2 — O presente despacho produz efeitos a 24 de setembro de 2012.

24 de setembro de 2012. — O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

18192012

Gabinete do Secretário de Estado da Cultura

Despacho n.º 13244/2012

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, estabelece no n.º 1 do artigo 27.º que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição em caso de vacatura, bem como nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, o prazo das designações em regime de substituição é excecionalmente prorrogado até à designação do novo titular, a qual segue procedimento concursal;

Considerando que, com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 78/2012, de 27 de março, a Biblioteca Nacional Portuguesa (BNP) foi objeto de reorganização;

Considerando que se encontra vago o cargo de diretor-geral da BNP e que importa acautelar o normal funcionamento deste organismo:

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 78/2012, de 27 de março, no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, e no artigo 6.º da Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, designo para exercer o cargo de diretora-geral da Biblioteca Nacional Portuguesa, em regime de substituição, até à nomeação do titular na sequência do procedimento concursal, a atual subdiretora-geral da BNP, Doutora Maria Inês Durão de Carvalho Cordeiro, cujo currículo académico e profissional, que se anexa ao presente despacho, evidencia perfil adequado e demonstrativo da aptidão e da experiência profissional necessárias ao exercício do referido cargo.

O presente despacho produz efeitos a 17 de setembro de 2012.

17 de setembro de 2012. — O Secretário de Estado da Cultura, *Francisco José Viegas*.

ANEXO

Nota curricular

Doutora Maria Inês Durão de Carvalho Cordeiro

Formação e graus académicos — Doutorada em Ciências da Informação pela Universidade de Londres em 2006, com a tese Information Technolog Frameworks in LIS: Exploring IT Constructs as Sources of Conceptual Alignment. Pós-graduação em Direito da Sociedade da Informação, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa/APDI, 1998. Pós-graduação em Bibliotecário, Arquivista e Documentalista, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1983. Licenciada em História, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1980.

Cargos e funções exercidos — subdiretora-geral da Biblioteca Nacional de Portugal, desde novembro de 2006; Bibliotecária Assessora, Responsável do Setor de Gestão de Sistemas de Informação e Projetos de Inovação da Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian (1997-2006); Diretora de Serviços da Base Nacional de Dados Bibliográficos — PORBASE, Biblioteca Nacional (1992-1997); Chefe de Divisão dos Serviços Biblioteconómicos Gerais, Biblioteca Nacional (1990-1992); técnica superior BAD, Biblioteca Nacional (1987-1990), com funções na Área de Classificação e Análise e em diversos grupos de trabalho relacionados com a informatização, indexação e controlo de autoridade; funções de bibliotecária na Direção-Geral da Marinha de Comércio (1983-1986).

Outras atividades profissionais — extensa participação desde 1990 em projetos interinstitucionais, atividades de consultoria e associativas a nível nacional, nomeadamente em diversos órgãos da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas — BAD (1990-2006), no Conselho Técnico da PORBASE (desde 2000), em atividades do Ministério da Educação nas áreas de bibliotecas escolares e currículos de formação BAD (1998-2001), e em comissões técnicas de avaliação de soluções de informatização de bibliotecas universitárias (1994-1998). A nível internacional, destaca-se a sua participação em diversos comités e grupos de trabalho da International Federation of Library Associations and Institutions — IFLA, ininterruptamente desde 1989. Neste âmbito presidiu, de 1993-1999, ao IFLA WG on Principles Underlying Subject Heading Languages e, de 2003-2005, à IFLA Information Technology Section; desde 2007, dirige a IFLA UNIMARC Core Activity. Colaborou no Projecto European Curriculum Reflections on library and Information Science Education da European Association for Library and Information Education and Research (2004-2005). Participou, desde 1994, em diversas atividades do Universal Deámal Classification Consortium, sendo Editor-in-Chief ao sistema de classificação, entre 2006 e 2009.

Publicações — extensa colaboração, a títulos diversos, nas publicações técnicas editadas pela Biblioteca Nacional entre 1987 e 1996. Colaborou em vários estudos ou publicações normativas editadas por associações (BAD, IFLA, EUCLID). Autora de dezenas de artigos em revistas nacionais e estrangeiras, assim como de comunicações a congressos e seminários, sobre temas diversos de Ciências da Informação e gestão de tecnologias em bibliotecas. Recebeu o prémio Best of Cataloging & Classification Quarterly, vol. 37, atribuído por The Haworth Press em 2006.

17902012

Direção-Geral do Património Cultural

Anúncio n.º 13532/2012

Projeto de decisão relativo à classificação como monumento de interesse público (MIP) da Igreja Matriz de Freiria ou de São Lucas, freguesia de Freiria, concelho de Torres Vedras, distrito de Lisboa, e à fixação da respetiva zona especial de proteção (ZEP).

1 — Nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, faço público que, com fundamento em parecer do Conselho Consultivo do IPPAR, de 20/12/2006 e da Secção do Património Arquitetónico e Arqueológico do Conselho Nacional de Cultura (SPAA — CNC), de 05/12/2011, é intenção da Direção-Geral do Património Cultural propor a S. Ex.ª o Secretário de Estado da Cultura a classificação como Monumento de Interesse Público (MIP), da Igreja Matriz de Freiria ou de São Lucas, freguesia de Freiria, concelho de Torres Vedras, distrito de Lisboa, bem como a fixação da respetiva zona especial de proteção (ZEP), conforme planta de delimitação anexa, a qual faz parte integrante do presente Anúncio.

2 — Nos termos dos artigos 27.º e 46.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, os elementos relevantes do processo estão disponíveis nas páginas eletrónicas dos seguintes organismos:

a) Direção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo (DRCLVT), www.drclvt.pt;

b) Direção-Geral do Património Cultural, www.patrimoniocultural.gov.pt;

c) Câmara Municipal de Torres Vedras, www.cm-tvedras.pt.

3 — O processo administrativo original está disponível para consulta (mediante marcação prévia) na Direção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo (DRCLVT), Avenida Infante Santo, n.º 69, 1.º, 1350-177 Lisboa.

4 — Nos termos do artigo 26.º e do n.º 3 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, a consulta pública terá a duração de 30 dias úteis.

5 — Nos termos do artigo 28.º e do n.º 4 do artigo 45.º do mesmo decreto-lei, as observações dos interessados deverão ser apresentadas junto da DRCLVT, que se pronunciará num prazo de 15 dias úteis.